

BOLSONARO E A LAICIDADE BRASILEIRA EM QUESTÃO?*

Ari Pedro Oro¹

Resumo: Durante a campanha eleitoral de 2018 e ao longo do seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro usou várias vezes a palavra laicidade, reconhecendo ser ela um dispositivo legal da sociedade brasileira. No entanto, o emprego da palavra laicidade veio sempre acompanhado da palavra cristianismo, mostrando que na lógica do presidente esta última se revela preeminente em relação à primeira. Este texto anuncia pistas para mostrar que a referência cristã evidenciada pelo presidente consiste no cristianismo conservador e, em última instância, no segmento evangélico conservador, com o qual mantém forte alinhamento político e religioso. Assim sendo, é aqui argumentado, por um lado, que Bolsonaro navega nas águas do reconhecimento do princípio constitucional de regulação do religioso que prevê a dissociação do campo político e do campo religioso sem, todavia, impedir aproximações e mesmo imbricações entre eles. Mas, por outro lado, que Bolsonaro, não sem interesses, introduz reconfigurações importantes na histórica laicidade brasileira, como o exagero em apelar ao transcendente; a exacerbação do estreitamento da relação entre Estado e religião; e o empenho em aprofundar sua aliança com o segmento evangélico conservador, razão pela qual pode-se dizer que estamos vivendo na atualidade tempos de “laicidade à Bolsonaro”.

Palavras-chave: laicidade, conservadorismo, evangélicos, laicidade à Bolsonaro

BOLSONARO AND BRAZILIAN SECULARISM IN QUESTION?

Abstract: During the 2018 election campaign and throughout his term, President Jair Bolsonaro used the word secularism several times, recognizing it is a legal rule of Brazilian society. However, the use of the word secularism was always accompanied by the word Christianity, showing that in the president’s logic, the last word reveals itself to be preeminent in relation to the first word. This text announces

¹ Doutor em Antropologia, pesquisador do CNPq e professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: arioro@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6121-8711>.

* Como citar: ORO, Ari P. Bolsonaro e a laicidade brasileira em questão? *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 145-172, 2022.

clues to show that the Christian reference evidenced by the president consists of conservative Christianity and, particularly, the conservative evangelical segment, with which he maintains strong political and religious alignment. Therefore, it is argued here, on the one hand, that Bolsonaro navigates in the waters of recognition of the constitutional principle of regulation of the religious, which provides for the dissociation of the political field and the religious field without, however, preventing approximations and even imbrications between them; but, on the other hand, that Bolsonaro, not without interests, introduces important reconfigurations in the historic Brazilian secularism, such as the exaggeration in appealing to the transcendent; the exacerbation of the narrowing of the relationship between State and religion; and the effort to deepen its alliance with the conservative evangelical segment, which is why it can be said that we are currently living in times of “Bolsonaro-style secularism”.

Keywords: Secularism; Conservatism; Evangelicals; Bolsonaro-style secularism.

No dia 10 de julho de 2019, Bolsonaro participou de dois eventos na Câmara dos Deputados: um culto promovido pela Frente Parlamentar Evangélica e uma sessão em homenagem aos 42 anos de existência da Igreja Universal. Em ambos anunciou que durante o seu mandato iria indicar alguém “terrivelmente evangélico” para uma vaga no Supremo Tribunal Federal, apresentando como justificativa para tanto o fato de que “o Estado é laico, mas somos cristãos”².

² Não será objeto de análise neste texto a indicação e nomeação do pastor presbiteriano André Luiz de Almeida Mendonça para o Supremo Tribunal Federal, ele que já havia exercido no governo Bolsonaro os cargos de Advogado Geral da União e de Ministro da Justiça e que se auto-proclamou “genuinamente evangélico”, tendo sido considerado por uma parcela do mundo evangélico como alguém que encarna a figura do “terrivelmente evangélico”. Em outro texto (Oro, 2022) recuperei todo o imbróglio de cinco meses que ocorreu entre a sua indicação pelo presidente à vaga aberta no STF com a aposentadoria de Marco Aurélio de Mello, e sua aprovação pelo Senado Federal, em 1/12/2021, bem como as reações sociais e significados implicados na nomeação de alguém com aquele perfil religioso para a mais alta corte jurídica do país.

Tomo esta frase, e algumas variantes que mencionarei mais à frente, como mote para abordar e tentar responder a pergunta se a laicidade brasileira está em questão com Bolsonaro, ou seja, se ela está sendo interrogada, interpelada, desafiada, contestada, afrontada, ameaçada³. Argumento que a resposta desdobra-se na direção da negatividade e da positividade, com incidência predominante nesta última direção, conforme mostrarei ao longo do texto.

Antes, porém, de entrar diretamente no objeto, faz-se necessário pavimentar o caminho com o esclarecimento dos principais conceitos aqui contemplados, a saber: laicidade, secularismo e secularização.

LAICIDADE, SECULARISMO E SECULARIZAÇÃO

Segundo o sociólogo francês Jean Bauberot (2009, p. 185-186), a laicidade “concerne la régulation politique, juridique et institutionnelle de la religion, du croire, de l’ensemble du symbolique, avec ses transactions et ses conflits explicites”. Ela diz respeito sobretudo e primeiramente ao Estado. Ou, como diz outro sociólogo francês, “c’est l’Etat qui est laïque, pas la société” (Willaime, 2009, p. 213).

A laicidade pode ser mais aguerrida, de combate e intransigente, ou mais branda, colaborativa e aberta. Esta diferença é assim apresentada por Ternisien:

[...] A 'laicidade intransigente, ou de combate', flerta às vezes com o anticlericalismo, é hostil a toda forma de religião e visa excluir a religião do espaço público; já a 'laicidade aberta', que defende a 'distinção' entre o poder temporal e o espiritual, e a 'separação' entre Igreja e Estado, assegura porém à religião um lugar na sociedade e não a sua eliminação (Ternisien, 2007, p. 26).

³ Ou seja, a expressão “em questão” é aqui utilizada não no sentido de pergunta ou assunto, mas de debate, dúvida, disputa e interpelação, sem a força teórica que este último conceito recebeu de autores como Althusser, Foucault e Pêcheux, por exemplo.

Roberto Blancarte destaca o que considera ser os três pilares da laicidade: “respeto de la libertad de consciencia, autonomia de lo político frente a lo religioso e igualdad de los individuos y sus asociaciones ante la ley, así como no discriminación” (Blancarte, 2008, p. 8). Além desses três indicadores ideais-típicos da laicidade, Beaubérot (2013, p. 34) sugere “un quatrième : la neutralité (arbitrale) de l'État, soit de l'inclure dans le deuxième indicateur.”⁴

Relativamente ao termo secularismo, Jean Beaubérot (2013) o considera equivalente ao de laicidade nos estudos acadêmicos ingleses, uma vez que, segundo o sociólogo francês, ambos os termos se ocupam das mesmas questões, sendo, porém, também polissêmicos, pois lidam, segundo as teorias, com diferentes perspectivas acerca, por exemplo, do poder regulatório do religioso pelo Estado, da possibilidade, ou não, do religioso atuar na esfera pública ou no Estado-Nação, além de questões mais pontuais como a maior ou menor presença da religião no espaço público e os graus de separação entre o religioso e o secular, entre outras.

Já outros autores, como Ternisien (2007, p. 25), introduzem nuances entre os termos. Para ele, secularismo “véhicule une idée d'exclusion des religions du champ social qui se trouve alors 'secularisé', tandis que la laïcité à la française est d'abord fondée sur la notion de separation du temporel et du spirituel”.

Também Eduardo Dullo questiona o que exatamente cabe no termo laicidade, enquanto assume o secularismo:

[...] como o conjunto de crenças ou doutrinas políticas que sustentam o mundo secular e que, assim, são muito mais amplas do que a separação entre Igreja e Estado, envolvendo noções de subjetividades, de corporalidade, a reflexividade científica e ainda de temporalidade (Dullo, 2015, p. 30).

⁴ É preciso assinalar que os três princípios da laicidade acima referidos se encontram também no artigo 4 da *Declaração universal sobre a laicidade no século XXI*, assinado em 2005 por 248 intelectuais de mais de trinta países.

Enfim, no que tange ao termo secularização, Beaubérot (2009, p. 185) sublinha que o mesmo “*privilégie les mutations socioculturelles induites par la dynamique sociale, l’évolution des savoirs et des techniques, le développement de la rationalité instrumentale*”. No entanto, há autores que vão além em suas considerações, observando como fica a religião no contexto das mutações socioculturais. Há os que enfatizam ser a secularização um processo contínuo e irreversível de perda de relevância social da religião na sociedade moderna e o seu recuo para a esfera do privado (Wilson, 1998; Acquaviva, 1961); outros, como Danielle Hervieu Leger (1999), apontam que a secularização não implica no retraimento da religião para a dimensão privada, mas para o processo de recomposição e de reorganização da religião na modernidade. A presença da religião como uma das forças sociais atuantes nas sociedades democráticas ocidentais, apesar da secularização, é também destacada por Casanova (1994) e Gauchet (2004).

Porém, para além dos conceitos Dullo (2012; 2015) e Giumbelli (2011; 2016), seguindo sugestão de Talal Asad, apontam ser heurísticamente menos interessante definir os termos, ou saber a importância da religião na sociedade e mais analisar as maneiras e as formas “*pelas quais o Estado se relaciona com a religião, no sentido de estabelecer um lugar para ela na sociedade*” (Giumbelli, 2011, p. 2). Isto significa, em outras palavras, perceber distintas configurações de secularidades segundo diferentes situações sócio-históricas.

Seguindo a sugestão acima, na sequência abordo as formas pelas quais a laicidade brasileira está sendo abordada e ressignificada pelos pronunciamentos e atitudes do presidente Jair Bolsonaro.

BOLSONARO E A LAICIDADE

Considero que ao pronunciar a frase “o Estado é laico, mas somos cristãos”, Bolsonaro, de certa forma, não se distancia da configuração histórica que tem ocorrido no país acerca das relações entre Igreja-Estado, religião e política, com destaque para a *fides* cristã.

Ou seja, por um lado, ao dizer o Estado é laico, Bolsonaro remete ao princípio constitucional brasileiro de regulação do religioso⁵ que prevê a dissociação do campo político e do campo religioso, a separação entre Igreja e Estado e a liberdade de crença e culto.

E, por outro lado, ao afirmar, “... mas somos cristãos”, Bolsonaro remete para a importância histórica e cultural do cristianismo na sociedade brasileira e a configuração de uma laicidade menos separatista e mais colaborativa entre Estado e religião. Neste particular, obviamente, o destaque recai na Igreja católica, cujas lideranças, acompanhadas de membros da sociedade civil, tem se empenhado desde o início do século XX na articulação entre Estado laico e nação religiosa⁶, entre “ser católico” e “ser brasileiro” (Montero, 2009, p. 13), vindo, desta forma, o catolicismo a assumir a condição de “modelo de religião e de culto religioso...” (Mariano, 2011, p. 246). Nas últimas décadas, porém, devido a reconfigurações sócio-religiosas ocorridas no país, especialmente o forte crescimento evangélico (pentecostal) a partir da década de 1980, a equivalência ou equação acima referida deixou de ser

⁵ Esta expressão é recorrente entre cientistas sociais que se ocupam do tema da religião. Giumbelli (2016, p. 18) chama a atenção para “não confundir regulação com controle, embora eventualmente ela possa se traduzir nisso”, assim como “regulação não é o mesmo que regulamentação, embora, evidentemente, esta faça parte daquela” e, finalmente, não se pode restringir a aplicação da regulação às minorias. Ao contrário, regulação se refere “a um conjunto mais amplo de concepções e expectativas que não se esgota em normatizações”. Trata-se de um “conjunto dos mecanismos e dispositivos que atingem os vários grupos religiosos nas suas transformações ao longo de um regime secularista...” (Giumbelli, 2011, p. 6). Por isso mesmo, continua Giumbelli (2011, p. 8), “a laicidade ou o secularismo podem ser estudados como a resultante da conjunção desses dispositivos e processos de regulação do religioso”.

⁶ O efeito disso é, por exemplo, que na década de 1930 a Igreja Católica “reivindicou estar ao lado da ‘nação’” (Giumbelli, 2006, p. 236) e, nesta condição, conseguiu introduzir na Constituição de 1934 o princípio da “colaboração recíproca”, que vigorou até a Constituição de 1967, entre o Estado e a Igreja Católica (Giumbelli, 2002), a qual alcançou o status de religião “quase oficial” (Mariano, 2001, p. 145).

natural (Novaes, 2014)⁷, o que não impediu que até não muitas décadas atrás a Igreja Católica comparecesse onipresente no espaço público e recebesse uma discriminação positiva de parte do Estado, em detrimento sobretudo das religiões mediúnicas que tenderam a receber uma discriminação negativa.

Menciono *en passant* frases de dois colegas que sintetizam a forma como historicamente aconteceram as relações Igreja Estado, ou seja a laicidade, em nosso país: “a separação entre Estado/Igreja nunca deu como resultado a saída da religião da vida pública” (Camurça, 2018, p. 301); “A separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política” (Mariano, 2011, p. 254)⁸. Isto significa, continua Mariano (2011, p. 255), que “a laicidade não constitui propriamente um valor ou princípio nuclear da República brasileira...”.

Voltemos à frase de Bolsonaro “o Estado é laico, mas somos cristãos”. Nesta frase, o uso da conjunção adversativa *mas* assume uma importância capital. A relativização introduzida pelo *mas* mostra que na visão de Bolsonaro o cristianismo assume uma preeminência em relação à laicidade. Em outras palavras, para ele, sim, o Estado é laico, *mas* a laicidade fica encapsulada e enquadrada na moldura cristã da sociedade e da cultura brasileiras, o que significa, em outras palavras, não haver separação entre o político e o religioso.

⁷ Assim, já em 1994 P. Sanchis relativizava a ideia do catolicismo continuar sendo a religião nacional. Para ele, mais importante do que essa equivalência seria a análise das formas diversificadas que a religião assume na cultura brasileira, para além do catolicismo.

⁸ Autores (2018). Removido para avaliação cega. Neste sentido, referindo-se à Europa, sobretudo à França, Philippe Portier (2009, p. 62), por exemplo, observa que nos dias atuais está se dando à religião “à la foi une place dans la sphère publique d’Etat que la République des origines lui refusait”. Em outro texto Portier complementa, na mesma direção de Gauchet, afirmando que a partir dos anos 1970-1980 os promotores de reivindicações identitárias “se sont attachés, de manière assez inédite, à faire valoir, jusque dans l’ “espace public” , leur identité religieuse ” (Portier, 2018, p. 24).

Outras frases ditas por Bolsonaro reforçam esta ideia. Disse ele, por exemplo, em 16/9/2020: “O Estado é laico. Mas o nosso Governo é cristão”⁹. Recentemente, em 9/7/2022, em São Paulo, na Marcha para Jesus, afirmou: “Vivemos num país laico, mas o seu presidente é cristão”¹⁰. E a frase mais reveladora é esta, dita em 18/2/2017, em Campina Grande, para apoiadores em frente ao aeroporto local: “Não tem essa historinha de Estado laico não! O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar às maiorias”¹¹.

A questão então é saber que cristianismo Bolsonaro tem em mente quando afirma “nosso governo é cristão”, “o Estado é cristão”, “somos cristãos”, “o presidente é cristão”. Parece haver uma convergência entre os estudiosos de que considerando o perfil ideológico conservador, moralista, de extrema direita do presidente, a sua referência recai sobre a chamada “direita cristã”, a parcela do cristianismo denominada geralmente, de forma mais ética do que êmica, de “conservadora” e/ou “reacionária”¹², presente tanto no campo evangélico, como no católico, mas também em

⁹ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2020/09/o-estado-e-laico-mas-nosso-governo-e-cristao-diz-bolsonaro-no-twit.htm>. (acesso 5/5/2022).

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/marcha-para-jesus-es-cancara-negligencia-da-esquerda-com-evangelicos.shtml>. (Acesso 1/8/2022).

¹¹ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/jair-bolsonaro-brasil-estado-cristao-contra-se-mude-88394.html>. (acesso em 5/5/2022).

¹² Camurça, Silveira e Andrade Junior (2020, p. 976) assim definem estes termos: “[...] os conservadores são aqueles (que) se dedicam a tentar conservar, e a repor, a visão de mundo lastreada na reação à modernidade. Os reacionários, por outro lado, dão um passo à mais, vão à guerra para restaurar uma suposta ordem, sob a hegemonia das instituições religiosas, no caso, cristãs, idealizadas e inexistentes, de vida social, moral, cultural, sexual, familiar e política.”

“setores conservadores do Espiritismo e do Judaísmo” (Camurça, Silveira e Andrade Junior, 2020, p. 997)¹³.

Trata-se, como sabemos, de um amplo coletivo religioso fragmentado, diverso, contraditório, controverso e heterogêneo, no tocante a tamanho, formação, afiliações, orientações doutrinárias, relações com a hierarquia eclesiástica, relações com autoridades e organismos de Estado, que integra, dialoga ou se aproxima, uns mais outros menos, da “onda conservadora” que, segundo Almeida (2018), ascendeu politicamente no país, desde a década de 2010 e é atravessada por quatro linhas de força: economicamente liberal, politicamente autoritária, socialmente intolerante e moralmente reguladora¹⁴.

¹³ Em recente dissertação, defendida junto ao PPGAS/UFRGS, Lucas Vanni (2022) analisou sensibilidades católicas conservadoras em Porto Alegre e mostrou que neste universo não se é essencialmente conservador, mas apenas relativamente. Ademais, a expressão é usada para delimitar, demarcar, uma posição, uma diferença, em relação a outras tendências internas ao catolicismo. Para tanto, é comum alguém admitir ser *mais* ou *menos* conservador, em relação a outros grupos ou coletivos católicos.

Por certo, estas considerações acerca do conservadorismo católico merece ser levada em conta nas observações etnográficas com outros segmentos religiosos, sobretudo evangélicos.

¹⁴ Para uma análise sobre a categoria de conservadorismo, mas também de fascismo e fundamentalismo e seu valor heurístico para entender as conjunturas brasileira e internacional, ver Almeida e Toniol, 2018.

Também, vale aqui registrar a pertinente observação acerca do conservadorismo feita por C. Vital da Cunha (2020, p. 254), segundo a qual “o que está sendo chamado de conservadorismo não seria, em si, um problema, mas, sim, as formas extremistas na política que jogam por terra a razoabilidade democrática” .

No Brasil, a onda conservadora, assim como a nova direita cristã, teve sua gênese em grupos de discussão e militância na internet, ainda no segundo mandato do governo Lula, entre 2006 e 2010, formada por contra-públicos com “identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentar reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes” (Rocha, 2018, p. 20).

Para além do nosso país, e mais amplamente, importa destacar, como faz Carranza (2022, p. 74) que a genealogia ideológica do conservadorismo ocorre nos anos sessenta

Mapear tais forças cristãs conservadoras dentro do grande guarda-chuva do cristianismo é tarefa muito complexa. É possível que no campo católico possa ali serem incluídos, sempre com ressalvas, indivíduos pertencentes a grupos carismáticos e tradicionalistas, e no evangélico membros de igrejas pentecostais, neopentecostais e históricas renovadas. Mas, para além desse denominacionalismo, onde localizar, acerca de seus princípios, valores e ideais político-religiosos, os indivíduos que mobilizam a identidade genérica de “evangélicos” e/ou “cristãos”, que tem aparecido forte tanto no Censo 2010 quanto no levantamento efetuado pelo ISER em oito capitais brasileiras acerca das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020?¹⁵

Deixo esta questão para analistas qualificados. Quanto a mim, neste texto, para melhor justificar meu argumento acerca do tema da laicidade em Bolsonaro, discorro sobre a relação Bolsonaro-direita evangélica e defendo que ela tem se mostrado preeminente à relação Bolsonaro-católicos.

Neste sentido, lembro que antes e mesmo durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro procurou construir vínculos e manter uma relação estreita tanto com igrejas e lideranças evangélicas quanto católicas. No entanto, com o passar do tempo parece ter ocorrido uma guinada, não sem interesses, em direção do segmento evangélico conservador, fato este, aliás, já presente

e setenta do século passado nos Estados Unidos, quando grupos cristãos passaram a traduzir os movimentos sociais e políticos acerca dos direitos de gênero e sexualidade “como una amenaza a los valores tradicionales y como una guerra cultural en curso que debería detenerse disolviendo las costumbres morales”.

¹⁵ Lembremos que no Censo do IBGE de 2010, 4,83% compareceram na rubrica evangélicos não determinados (ND). Já no levantamento do ISER referido, realizado nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia, os cristãos genéricos constituíram o segundo maior número de candidaturas religiosas eleitas - concentradas em partidos de direita e de centro-direita - com 16% do total, ficando abaixo dos católicos, que alcançaram 31% dos eleitos e acima dos evangélicos, que somaram 13%. (Sobre esta ampla pesquisa ver o e-book, em dois tomos, “Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020”, 2022).

em suas manifestações como deputado federal, quando mobilizou uma narrativa de defesa da família tradicional, de pautas moralistas, religiosas e de moral sexual, além do seu forte discurso antipetista e anticomunista (Lacerda, 2018)¹⁶. Esse segmento evangélico conservador, nas palavras de Burity (2020, p. 212), é “nomeado e dirigido por uma elite parlamentar e pastoral, de caráter reativo, regressivo e de alinhamento com um crescente movimento transnacional de direita religiosa e política...”¹⁷.

Outros episódios ocorridos da vida de Bolsonaro também contribuíram para aproximá-lo dos evangélicos detentores do perfil acima mencionado. Refiro-me ao seu casamento com Michelle, evangélica da Igreja Batista Atitude, cuja cerimônia foi presidida, em 21/3/2013, pelo pastor Silas Malafaia; seu batismo no rio Jordão, em Israel, em 12/5/2016; o lema adotado na campanha eleitoral de 2018, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, acrescido do slogan “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João, 8:32).

E após ter assumido a presidência da república, e ao longo do seu mandato, Bolsonaro continuou a manter uma relação privilegiada com evangélicos de tendência conservadora. Para tanto, indicou egressos deste meio religioso para os mais altos escalões da república, inclusive ministros de Estado¹⁸, tomou iniciativas em direção e a favor deste segmento religioso e participou de vários eventos evangélicos.

¹⁶ Para saber mais sobre a trajetória parlamentar do deputado Jair Bolsonaro entre 1991 e 2018, ver Lacerda, 2020.

¹⁷ Para uma análise sobre as relações entre a direita cristã conservadora norte-americana e brasileira ver, entre outros, Carranza, 2022.

¹⁸ É o caso de Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Onyx Lorenzoni, hoje Ministro do Trabalho e Previdência; Marcelo Alvaro Antonio, ex-ministro do turismo; Fábio Faria, ministro das Comunicações e Milton Ribeiro, ministro da Educação.

A propósito da participação de Bolsonaro em eventos evangélicos, recordo, por exemplo, o levantamento realizado pela Jovem Pan¹⁹ sobre os primeiros nove meses à frente da presidência. Neste período, Bolsonaro participou de um jantar organizado por muçulmanos, de dois eventos da Igreja Católica e de pelo menos trinta eventos organizados por lideranças de igrejas como Assembleia de Deus, Universal, Internacional da Graça, Renascer, Sara Nossa Terra. Se acrescentarmos mais oito participações em eventos promovidos pela Frente Parlamentar Evangélica, veremos que foram trinta e oito participações do presidente com evangélicos, repito, somente nos primeiros nove meses do seu governo.

A participação de Bolsonaro em eventos evangélicos continuou em 2020 e sobretudo em 2021, após a melhoria da situação sanitária devido à pandemia do Coronavírus.

Já em 2022, até o presente momento, a presença de Bolsonaro em eventos evangélicos é uma constante: em Cuiabá, Curitiba, Manaus, Goiânia, Belém do Pará, Balneário Camboriú e Rio de Janeiro. Somente nas Marchas para Jesus foram onze participações do presidente até a metade de agosto. Ademais, só no mês de julho deste ano de 2022 Bolsonaro usou 40% da sua agenda oficial para ir ao encontro dos evangélicos²⁰, isto sem contabilizar os encontros que não constam na agenda oficial²¹.

Tais eventos, assim como o ocorrido em 7/8/2022, em Belo Horizonte, na Igreja Batista Lagoinha, que contou com a participação do casal Bolsonaro, constituem-se em claros momentos de instrumentalização política

¹⁹ Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/de-33-encontros-com-religiosos-bolsonaro-dedicou-30-a-evangelicos.html>. (acesso em 8/6/2022).

²⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-julho-bolsonaro-dedicou-40-da-sua-agenda-para-evangelicos/>. (acesso em 3/8/2022).

²¹ É o caso, por exemplo, da presença de Bolsonaro, em 31/7/2022, na inauguração de um templo da igreja Universal em Taguatinga, Brasília, que contou com a presença de Edir Macedo e de Marcos Pereira, presidente do Republicanos, partido que na véspera deste evento formalizou seu apoio à reeleição do presidente.

do religioso. Ou seja, parecem comícios político-eleitorais que ocorrem em ambientes religiosos, nos quais fala-se pouco em Cristo e na palavra de Deus, e mais “nele”, o Jair Messias. Também é comum nestes eventos a menção de que toda a autoridade vem de Deus e que importa orar pelos governantes. E quando nesses eventos Bolsonaro e sua esposa Michelle tomam a palavra, geralmente falam em favor da família tradicional, contra o aborto, a ideologia de gênero e a legalização das drogas, afirmam que a presidência é uma missão, fazem alguma referência bíblica e, sobretudo, evocam a teologia da batalha espiritual, muito cara aos neopentecostais, ao afirmarem que existe hoje na política brasileira uma “guerra do bem contra o mal”. Neste caso, é óbvio, assumem o lado do “bem” e demonizam todos os que não estão com eles, sobretudo os seus principais oponentes na campanha eleitoral, Lula e os partidos tidos de esquerda, sempre, também, associados ao “comunismo”.

Vale ainda lembrar que, além de participar de eventos promovidos por evangélicos, ao longo do seu mandato Bolsonaro tem recebido para conversas privadas, em geral fora da agenda oficial, vários líderes evangélicos, entre eles: RR Soares que tem até mesmo se beneficiado de um passaporte diplomático²², e especialmente o pastor Silas Malafaia, sem falar nos deputados evangélicos Marco Feliciano, Marcos Pereira e Sóstenes Cavalcante, este último presidente da Frente Parlamentar Evangélica, e nos pastores Arilson Moura e Gilmar Santos, que estiveram, segundo consta, dezenas de vezes com o presidente e no MEC, onde atuavam não somente como lobistas mas como negociantes de verbas públicas.

A propósito de Silas Malafaia é importante salientar que ele é tido como conselheiro de Bolsonaro e principal interlocutor de Bolsonaro entre os evangélicos. Não por acaso esteve inúmeras vezes no Palácio do Planalto, tem sido um aguerrido defensor de Bolsonaro – mesmo quando este mostrou toda a sua face negacionista em relação à pandemia, dificultando a aquisição da vacina para salvar vidas – tem acompanhado o presidente em seus

²² A concessão do passaporte saiu no Diário Oficial em 3/6/2019, mas foi revogada judicialmente em julho de 2020.

deslocamentos pelo país ao encontro de evangélicos, sem falar nas conversas privadas entre os dois que, como declarou Eduardo Bolsonaro, em 20/5/2021, na CPI da Covid, “acontecem (as conversas) quase que diariamente”. O próprio Malafaia, em entrevista concedida à *Veja*²³, em 27/4/2022, admitiu: “Falo o tempo todo com o Bolsonaro”.

Essa é somente uma amostra dos encontros de Bolsonaro com evangélicos, que não inclui, por exemplo, medidas tomadas pelo presidente em favor sobretudo, mas não exclusivamente, desse segmento religioso por ocasião da pandemia do coronavírus²⁴.

É claro, poderia-se também elencar interações de Bolsonaro com autoridades eclesiais católicas e sua participação em eventos católicos. No entanto, estes últimos são em número bem reduzido e são detentores de menor envergadura, se comparados aos ocorridos com os evangélicos²⁵. Talvez isso tenha relação com o fato de que durante o seu mandato a relação entre Bolsonaro e a cúpula dirigente da igreja católica no Brasil, capitaneada pela CNBB, tem sido marcada por tensões, polêmicas e atritos (Camurça e Zaquieu-Higino, 2021).

Assim sendo, e por tudo o que foi posto acima, avanço a hipótese de que quando Bolsonaro fala em cristianismo é possível que ele esteja pensando não somente no cristianismo conservador, mas na parcela evangélica conservadora, considerada alinhada e defensora dos seus próprios valores e posicionamentos políticos e religiosos. Outra hipótese, evidentemente, poderia ser a de que ao privilegiar o termo cristão, Bolsonaro esteja pensando em mobilizar uma

²³ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/silas-malafaia-nao-sou-bol-sominion/>. (acesso 16/6/2022)

²⁴ Oro e Alves, 2020.

²⁵ Esta diferença de participações do presidente entre católicos e evangélicos é assim expressa por Camurça e Zaquieu-Higino (2021, p. 226): “as performances de Bolsonaro no intuito, julgamos, de afagar sensibilidades católicas [...] foram marcadas por muita discrição e quase intimismo, em relação à espetacularização daquelas evangélicas...”.

categoria que lhe permite dialogar com o amplo conjunto de indivíduos que expressam seu sentimento de pertencimento ao cristianismo²⁶.

No entanto, sobretudo duas situações envolvendo Bolsonaro fazem o pêndulo se inclinar para a primeira hipótese mencionada. Refiro-me ao fato de que Bolsonaro sempre mencionou que iria indicar alguém evangélico e não cristão para uma vaga ao STF. Assim, em maio de 2019, em Goiânia, ao falar na Igreja Assembleia de Deus, indagou: “Será que não está na hora de termos um ministro do STF evangélico?”²⁷. No dia 10 de julho do mesmo ano, como já mencionei, afirmou que indicaria alguém “terrivelmente evangélico”. E em 28 de maio de 2020, voltou a reforçar a sua intenção de indicar um evangélico, e não cristão: “Um vai ser evangélico, é um compromisso que eu tenho com a bancada evangélica”²⁸.

E, em segundo lugar, em 8/3/2022, Bolsonaro promoveu um ato político no Palácio da Alvorada, ocasião em que convidou a primeira dama, deputados e ministros de estado, e mais de duas dezenas de líderes evangélicos, entre eles: Silas Malafaia, Estevam Hernandes, Samuel Câmara, Abner Ferreira, Cesar Augusto, Agenor Duque, Joao Batista de Carvalho, Marcos Pereira, René Terra Nova, Robson Rodovalho. Na lista de convidados, cuja montagem contou com o apoio de Malafaia, não constava nenhum pastor pertencente ao chamado Movimento Evangélico Progressista, nem muito menos algum membro da hierarquia católica. E o mais importante da reunião é a seguinte informação revelada pelos meios de comunicação, como

²⁶ Exemplo disso foi o ocorrido em 16/7/2022 quando Bolsonaro esteve em Natal e participou inicialmente de uma missa na Basílica dos Mártires e em seguida de um culto na igreja evangélica Assembleia de Deus Rio Grande do Norte.

²⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-diz-que-indicara-para-vaga-no-stf-ministro-terrivelmente-evangelico.shtml>. (acesso em 28/5/2020).

²⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/28/bolsonaro-ve-aras-cotado-para-stf-mas-diz-espero-que-ninguem-desapareca.htm>. (acesso em 28/5/2020).

o G1.globo²⁹. Após 24 pastores terem discursado com “elogios a Bolsonaro e ao governo e manifestarem apoio ao presidente”, este tomou a palavra e pronunciou esta frase reveladora: “Eu dirijo a nação para o lado que os senhores assim o desejarem”. Quem são os senhores em questão, representantes dos cristãos pensados por Bolsonaro? Fundadores e/ou dirigentes de igrejas pentecostais e neopentecostais, todos alinhados e afinados com suas ideias, seus princípios e seus valores conservadores.

Chegou agora o momento de lembrar *en passant* que há lógicas significativas e práticas na aliança Bolsonaro-evangélicos. Resumidamente digo que se inscrevem nas primeiras o enaltecimento da tradição cristã da sociedade brasileira e a defesa de valores, princípios e ideais que consideram como cristãos para o conjunto da sociedade, com destaque para a defesa da família tradicional e da pauta conservadora nos costumes. Ou seja, trata-se não somente da afirmação pessoal de convicções religiosas desses protagonistas, mas de que elas se consolidem de modo hegemônico no país (Burity e Giumbelli, 2020).

No que tange às lógicas práticas, há interesses mútuos implicados na parceria. Para Bolsonaro, a consciência de que a sua governabilidade sempre dependeu do apoio da Bancada Evangélica no Congresso Nacional – bem como, obviamente, das bancadas da Bala e do agronegócio – e de que assim como o apoio evangélico foi decisivo para a sua eleição em 2018, quando amealhou cerca de 70% dos votos deste segmento religioso, a sua atual tentativa de reeleição “passa pelo movimento evangélico”, segundo as suas próprias palavras³⁰. Ou seja, é claro que Bolsonaro sabe que somente os evan-

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/08/bolsonaro-reune-evangelicos-ministros-e-deputados-em-ato-politico-no-palacio-da-alvorada.ghtml>. (acesso 6/6/2022).

³⁰ Bolsonaro verbalizou isso claramente em 3 de setembro de 2019: “qualquer político que tenha juízo sabe que a política de 2022 passa pelo movimento evangélico” (Uribe & Coletta, 2020).

gêlicos não o reelegem; mas sabe também que sem o apoio majoritário deles, como ocorrera nas eleições de 2018, dificilmente sairá vencedor em 2022.

Daí se entende todo o seu investimento e esforço na aproximação com os evangélicos – leia-se instrumentalização política deste segmento religioso – marcando presença, por exemplo, nas Marchas para Jesus e se entretendo com lideranças evangélicas. Ademais, a partir de junho de 2022 a primeira dama entrou em cheio na campanha eleitoral do marido, sobretudo em seus encontros com evangélicos. A equipe de campanha do presidente procura através de Michelle reduzir a rejeição de Bolsonaro junto às mulheres e aos evangélicos. Para tanto, em seus discursos feitos para a plateia evangélica Michelle Bolsonaro faz questão de dizer que seu marido ama as mulheres, além, é claro, de sublinhar que ele é um “enviado de Deus”.

A eficácia da insistente aproximação do casal Bolsonaro com os evangélicos é ainda uma incógnita. Por um lado, sabemos, como apontaram Prandi et alii (2019), que não há uma relação direta entre apoio ao governo expresso pelas lideranças evangélicas e o voto consequente dos fiéis evangélicos (Prandi et alii, 2019). Ou, por outra, como defende Guadalupe (2020), não há na América Latina, nem mesmo no Brasil, um “voto confessional” evangélico. Por outro lado, no entanto, é possível que todo o empenho de Bolsonaro em direção dos evangélicos, ou seja, seus usos e manipulações variadas, esteja dando resultado político eleitoral, uma vez que a pesquisa Data Folha realizada no final de maio deste ano mostrava uma diferença de 3 pontos entre eles (39% contra 36%); já a pesquisa do final de junho apontou que a diferença entre os dois candidatos subiu para 5 pontos (40% contra 35%); mas, a pesquisa realizada entre 27 e 28 de julho passado, revelou que a diferença subiu para 10 pontos (43% contra 33%)³¹. Esta tendência é fortalecida pelos resultados da pesquisa realizada pelo Ipec entre os dias 12 e 14, e publicada no dia 15 de agosto de 2022, que apontou uma preferência evangélica em favor de Bolsonaro da ordem de 47% contra 29% para Lula.

³¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/datafolha-bolsonaro-se-descola-de-lula-e-lidera-entre-evangelicos.shtml>. (acesso 28/7/2022).

Já concernente aos votos católicos a situação é invertida: 51% dizem votar em Lula contra 26% em Bolsonaro³², o que permite realizar uma leitura de uma certa disputa religiosa, quando não, até mesmo uma guerra religiosa, inserida na disputa eleitoral deste ano de 2022³³.

Já para os evangélicos alinhados com o presidente, tal aliança, que geralmente reverbera no poder legislativo, rende benefícios de várias ordens, especialmente econômicos e fiscais para suas igrejas – tais como, recursos para obras sociais, verbas destinadas às emissoras televisivas e radiofônicas e alívio, ou perdão, das obrigações fiscais, entre outros³⁴ – sem falar na contribuição para o fortalecimento do projeto político e religioso alimentado por lideranças do segmento evangélico conservador, projeto este, porém, cujo alcance ainda não está claramente anunciado. E, novamente, vale destacar que o pragmatismo político vai além dos evangélicos, tendo tido também sua importância na relação entre catolicismo e governos ao longo da história do país.

Chegou agora também o momento de introduzir algumas relativizações, já acenadas por colegas, entre as quais as seguintes:

a) quanto à participação de religiosos nas instâncias de poder, vale lembrar que “evangélicos”, de diferentes espectros doutrinários, têm também atuado e participado de governos anteriores ao de Bolsonaro e que católicos

³² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/08/catolicos-com-lula-evangelicos-com-bolsonaro-veja-as-religioes-na-pesquisa-ipecc-para-presidente.ghtml>. (Acesso 16/8/2022).

³³ A pesquisa Datafolha, acima referida, havia mostrado que as intenções de votos católicos têm oscilado muito pouco nas últimas três pesquisas efetuadas pelo mesmo instituto. Segundo o levantamento do final de julho de 2022, Lula recebeu 52% das intenções de voto contra 25% para Bolsonaro.

Sem cair em essencialismos, é possível afirmar, com ressalvas, que o eleitor católico que vota em Bolsonaro é portador de sensibilidades político-religiosas conservadoras, enquanto que o eleitor evangélico que vota em Lula é portador de sensibilidades político-religiosas progressistas.

³⁴ Oro e Alves, 2020.

também ocupam cargos e postos administrativos no atual governo³⁵. Segundo Camurça e Ezequieu-Higino (2021, p. 227), trata-se de uma coalizão da direita religiosa cristã, “de um “ecumenismo cristão de (extrema) direita” existente dentro do governo”;

b) Embora tenha frisado a proximidade ideológica entre Bolsonaro e setores religiosos conservadores – evangélicos e católicos – não há como não se atentar também para a existência de religiosos conservadores não bolsonaristas, e de religiosos não conservadores bolsonaristas (Vanni, 2022);

c) Ou seja, para além desses rótulos referidos (religiosos conservadores, não-conservadores) importa frisar que há uma forte aversão ao governo Bolsonaro entre católicos e também entre evangélicos, os quais “...denunciam sua suposta incoerência com os princípios bíblicos” (Almeida e Guerreiro (2021, p. 62). Neste sentido, por exemplo, o coletivo evangélico progressista, ou Bancada Evangélica Popular, ou “evangélicos de esquerda” (Vital da Cunha, 2021), constitui uma referência em sua atuação contrária ao moralismo conservador e elitista da ideologia prevaletente no atual governo Bolsonaro, já que pauta a sua visão de mundo e conduta “pelo exercício da vida política orientada por uma leitura do Evangelho cujo amor, igualdade e paz são centrais” (Vital da Cunha, 2021, p. 33). Há representantes da ala evangélica progressista, como o teólogo brasileiro Osmar Ludovico, que mora em Portugal, o qual, em entrevista recente³⁶, apontou o uso político da religião e a manipulação da fé por parte de Bolsonaro. Chegou o teólogo a dizer – a propósito de falas de Michelle Bolsonaro acerca de “demônios” que ocupavam a Presidência da República, mas que agora, graças às suas

³⁵ Sobre a trajetória dos evangélicos na política brasileira ver, entre outros, Freston, 1993; Mariano, 2001, 2016; Lacerda, 2020; Burity, 2020. Sobre a presença católica no governo Bolsonaro ver, entre outros, Camurça e Ezequieu-Higino, 2021.

³⁶ Entrevista concedida a Daniela Pinheiro, em 12/8/2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/newsletters/uol-daniela-pinheiro/2022/08/12/osmar-ludovico-pastor-armado-milionario-ou-com-raiva-nao-e-pastor.htm?utm_source=uol.com.br&utm_medium=referral&utm_campaign=daniela-pinheiro&utm_content=ver-e-diçao. (Acesso em 13/8/2022).

intercessões, tudo está consagrado ao Senhor³⁷ – que Bolsonaro “não acredita naquilo, ele usa aquilo. O Bolsonaro e os filhos dele devem dar risada dos crentes”. O mesmo teólogo evangélico, frequentador da igreja Batista, leu à entrevistadora a passagem bíblica de Mateus 7:15: “Cuidado com os falsos profetas. Eles vêm a vocês vestidos de peles de ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores” e arrematou: “Bolsonaro é o lobo”.

E no tocante ao campo católico pode-se dizer que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assim como setores progressistas do clero (como Padres da caminhada e Padres contra o fascismo) ou de leigos (como Movimento de Fé e Política), entre outros, também tem se posicionado abertamente contra o governo Bolsonaro, em diferentes momentos conjunturais da vida nacional. Camurça e Zaquieu-Higino (2021) lembram, por exemplo, do “Manifesto em Defesa da Democracia”, assinada, em 8/6/2020, pela CNBB e mais de 200 associações e entidades públicas e privadas, e da “Carta ao Povo de Deus”, emitida pela CNBB, em 27/7/2020, durante o auge da pandemia e que critica a postura negacionista do presidente. Alguns episódios dessa relação tensional entre Bolsonaro e a cúpula dirigente da Igreja Católica no Brasil também aconteceram por ocasião do Sínodo da Amazônia, ocorrido no Vaticano entre 6 e 27 de outubro de 2019, por ocasião da nota veiculada pela CNBB que considerou uma “barganha” o encontro virtual ocorrido em 6/6/2020 entre Bolsonaro e alguns clérigos que atuam em televisões católicas, além do “Ato de Consagração do Brasil à Nossa Senhora”, ocorrido no Palácio do Planalto, em 21/5/2019, ocasião em que Bolsonaro se negou a assinar o documento.

³⁷ Em 31 de julho de 2022 Michelle divulgou vídeos em que ela e um grupo de pessoas que ela chama de “intercessores” oram no Palácio do Alvorada, visando expulsar os “demônios”, uma vez que, segundo ela, “o Palácio do Planalto era consagrado a demônios antes da posse do presidente Jair Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-evangelicos-michelle-bolsonaro-diz-que-planalto-era-um-lugar-consagrado-a-demonios/>. (acesso em 13/8/2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e argumentos aqui apresentados se fizeram necessários para responder à pergunta formulada no título do texto, cuja resposta é sim e não. A resposta é negativa se levarmos em conta o fato de que Bolsonaro, pelas suas declarações e seus comportamentos, parece ter se mantido no mesmo diapasão do que histórica e culturalmente tem vigorado no país, ou seja, uma laicidade aberta, colaborativa, que admite a convivência entre igreja e Estado, a interação entre religião e política, associada a uma secularização não confinadora do religioso na esfera privada.

Mas a resposta é também positiva, porque Bolsonaro, enquanto cidadão detentor do cargo político mais elevado do país, tem não somente exacerbado a apropriação do simbólico – abusando, por exemplo, do nome de Deus (Deus acima de tudo, Deus no comando, Deus no coração, só Deus me tira daqui....) – como também tem aprofundado a imbricação entre religião e política, com a particularidade de revelar uma “opção preferencial pelos evangélicos” (Camurça e Zaquieu-Higino, 2021, p. 226). Se assim for, poderíamos até mesmo afirmar que Bolsonaro, mesmo nunca tendo negado a sua identidade católica³⁸, estaria visando, de forma indireta, sub reptícia e camuflada, eclipsar a preeminência católica na sociedade – devido a tensões e conflitos vividos antes e durante o seu mandato, sobretudo, como disse acima, com a cúpula dirigente da Igreja – e em seu lugar – aproveitando o crescimento dos evangélicos no país e da Bancada Evangélica no Congresso

³⁸ Após quase quatro anos atuando como presidente da nação, a identidade religiosa de Bolsonaro parece ainda se manter ambígua. Ou seja, continua a se apresentar como católico, tendo “nas instituições evangélicas uma base de apoio para a qual acena frequentemente” (Vital da Cunha, 2020, p. 250); como “cristão sem acentuar as cores católicas e sempre indicando aos evangélicos que pode ser, parecer ou tornar-se evangélico” (Almeida, 2019, p. 205-206); como “alguém que não é definitivamente nem católico nem evangélico, porém um autêntico cristão no qual ambos, evangélicos ou católicos conservadores se sentem reconhecidos” (Camurça e Zaquieu-Higino, 2021, p. 228).

Nacional – colocar em evidência, não sem interesses, até mesmo no círculo do poder, representantes do segmento evangélico conservador.

Seja como for, penso que a resposta derradeira à pergunta se amplifica na positividade, uma vez que Bolsonaro tem tido um papel importante na tendência de reconfiguração da laicidade brasileira. Uma laicidade, diz R. de Almeida (2020, p. 431), “que tinha como referência o cristianismo católico (foi deslocada) para uma laicidade orientada pela pluralidade religiosa concorrencial, que, muito embora ainda seja predominantemente cristã, assume cada vez mais um perfil evangélico”.

Assim sendo, minha sugestão é de que forçando os termos poderia-se dizer que o Brasil vive hoje, em algum grau, tempos de “laicidade à Bolsonaro”, caracterizada, repito: pelo exagero do presidente em apelar ao transcendente; pela exacerbação do presidente no estreitamento da relação entre Estado e religião; e pelo empenho do presidente, não somente em aprofundar a sua aliança com o segmento evangélico conservador, mas, também, e sempre não desinteressadamente, em colocar alguns de seus representantes nas instâncias de poder político e jurídico³⁹.

Isto dito, a questão que permanece aberta é saber se neste cenário de aliança entre o presidente de extrema-direita e as forças religiosas conservadoras, mas não somente elas, haverá comprometimento, e em que grau, da laicidade aberta, colaborativa e plural, bem como das conquistas republicanas, vigentes na sociedade brasileira. Mais especificamente, considerando, por

³⁹ Aqui pode-se fazer a distinção entre a “laicidade à Bolsonaro”, que contém as características citadas, e o governo Bolsonaro, que reúne e agrega um conjunto maior de forças religiosas conservadoras, como católica, espírita e judaica. Ademais, a indicação e nomeação do pastor “terrivelmente evangélico” no STF pode constituir uma pista da “laicidade à Bolsonaro”, mais do que uma evidência, uma vez que Mendonça parece atuar mais em sintonia com o governo Bolsonaro do que com a sua identidade evangélica. Seja como for, o certo é que “en el gobierno de Bolsonaro, la derecha religiosa brasileña, representada por sectores evangélicos conservadores, ha venido ocupando instancias de poder” (Carranza, 2022, p. 76).

exemplo, que Bolsonaro seja reeleito, cabe a pergunta: corremos o risco de caminharmos para a defesa, e mesmo implantação, de uma laicidade combativa e aguerrida, não no sentido de separação Estado e religião, mas de fortalecimento dessa relação, com a defesa intransigente de um único cânone religioso, leia-se cristão conservador, para o conjunto da sociedade brasileira?

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, Sabino. *L'Eclissi del sacro nella civiltà industriale*. Milano, Edizioni di Comunità, 1961.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma. In: R. de Almeida e R. Toniol (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 163-191, 2018.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente. Conservadorismo, evangelicismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrab*. V. 38, p. 185-213, 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020.
- ALMEIDA, Ronaldo de; GUERREIRO, Clayton. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & Sociedade*. v. 41, p. 49-73, 2021.
- ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Eds). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, EdUnicamp, 2018.
- BAUBÉROT, Jean. “Pour une sociologie interculturelle et historique de la laïcité”. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, Paris, n. 146, p. 183-199, 2009.

BAUBÉROT, Jean. “Laïcité/laicisation”. In: AZRIA, R. et HERVIEU-LÉGER, D. *Dictionnaire des faits religieux*. Paris, PUF, p. 620-624, 2010.

BAUBÉROT, Jean. Sécularisation, laïcité, laïcisation. In: *Empan*, n° 90, p. 31-38, 2013.

BLANCARTE, Roberto. *El Estado laico*. México, Nostra Ediciones, 2006.

BLANCARTE, Roberto et alii. As encruzilhadas da laicidade na América Latina. In: *Religião e Sociedade*. v. 38, n. 2, p. 9-20, 2018.

BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, J. L. P. e CARRANZA, B. (Org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, p. 195-215, 2020.

BURITY, Joanildo; GIUMBELLI, Emerson. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 40(1), p. 1-246, 2020.

CAMURÇA, Marcelo. Laicidad a la brasileña. In: R. Blancarte (ed). *Diccionario de religiones en América Latina*. Mexico, El colegio de Mexico, p. 293-303, 1018.

CAMURÇA, Marcelo; ZAQUIEU-HIGINO, Paulo Victor. Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do Governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas. In *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XIII, n.39, p. 207-232, 2021.

CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena da; ANDRADE JUNIOR, Péricles Moraes. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 975-1001, 2020.

CARRANZA, Brenda. Derecha cristiana brasileña: proyecto de poder político. In: GUADALUPE, J. L. P. (Ed.). *Pastores & Políticos El protagonismo*

evangélico en la política latinoamericana. Lima, Konrad Adenauer Stiftung; Instituto de Estudios Social Cristianos, p. 47-86, 2022.

DULLO, Eduardo. Após a (Antropologia/sociologia da) religião, o secularismo?. *Mana*, n. 18 (2), p. 379-391, 2012.

DULLO, Eduardo. Política secular e intolerância religiosa na disputa eleitoral. In: Paula Montero. (Org.). *Religiões e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo/Campinas: Terceiro Nome/Unicamp, v. 1, p. 27-47, 2015.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado em Sociologia. Campinas. UNICAMP, 1993.

GAUCHET, Marcel. *Un monde désenchanté?*. Paris, Les éditions de l'Atelier, 2004.

GIUMBELLI, Emerson. Minorias religiosas. In: TEIXEIRA, F. e MENEZES, R. (Orgs). *As religiões no Brasil. Continuidades e rupturas*. Petrópolis, Ed. Vozes, p. 229-248, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião. Dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo, Attar Editorial, CNPq/PRONEX. 2002.

GIUMBELLI, Emerson. *Para estudar a laicidade, procure o religioso*. In: XVI Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, Punta del Este, 2011.

GIUMBELLI, Emerson. Regulação do religioso: discussões conceituais e panorama da situação em quatro países latino-americanos. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 18, n. 25, p. 14-37, 2016.

GUADALUPE, José Luis Pérez. “Irmão não vota em irmão”: a inexistência do voto confessional e a sub-representação política dos evangélicos na América Latina. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religiã*. Campinas, N, 22, 2020.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Le Pèlerin et le converti. La religion en mouvement*. Paris, Flammarion, 1999.

LACERDA, Marina Basso. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. In: GUADALUPE, J. L. P. e CARRANZA, B. (Org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, p. 289-308, 2020.

LACERDA, Fábio. Performances eleitorais dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, J. L. P. e CARRANZA, B. (Org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, p. 257-270, 2020.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, V. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) USP, São Paulo, 2001.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *Civitas*. Porto Alegre, n. 4, p. 708-726, 2016.

MARIANO, R. O barulho dos evangélicos. Entrevista com Ricardo Mariano. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. 14 de novembro de 2017.

MARIANO, R. e GERARDI, D. A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político. *Revista USP* (120), p. 61-76, 2019.

MONTERO, Paula. “Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil”, *Etnográfica*, v. 13 (1), p. 7-16, 2009.

NOVAES, Regina Em nome da diversidade. *Comunicações do ISEER*, n. 69, ano 33, p. 131-145, 2014.

ORO, Ari Pedro. Um ministro evangélico no Supremo Tribunal Federal: reações sociais e significados. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis, volume 82, número 322, p. 289-309, Maio/Ago. 2022.

ORO, Ari Pedro; CAMURCA, Marcelo. Da secularização ao espaço público: meandros e mediações frente ao esquema de separação entre secular e religioso. *Horizontes Antropológicos*, v. 52, p. 7-20, 2018.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negociacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. *Sociedad y Religión*, Buenos Aires, N° 54, V. XX, p. 121-147, 2020.

PORTIER, Philippe. La régulation étatique du religieux en France (1880-2008). Essai de périodisation. In: Foret, F. (Ed.). *Politique et religion en France et en Belgique*. Bruxelles, Editions de l'Université Libre de Bruxelles, p. 47-63.

PORTIER, Philippe. Le tournant substantialiste de la laïcité française. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 52, p. 21-40, 2018.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W.; BONATO, M. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP* (120), p. 43-60, 2019.

REIS, Livia et alii. *Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa religiosa nas eleições 2020*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião, 2022.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

VANNI, Lucas. *As catacumbas de Porto Alegre. Catolicismo e sensibilidades conservadoras*. (Dissertação) PPGAS/UFRGS, 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da perda e os Aliados dos Evangélicos na política brasileira. In: GUADALUPE, J. L. P. e CARRANZA, B.

(Org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, p. 237-256, 2020.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 13-80, 2021.

URIBE, G.; COLETTA, R. (2019, 6 de setembro). Bolsonaro intensifica contato com evangélicos para conter queda de popularidade. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-intensifica-contato-com-evangelicos-para-conter-queda-de-popularidade.shtm>

WILLAIME, Jean-Paul. Pour une sociologie transnationale de la laïcité dans l'ultramodernité contemporaine. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, Paris, n. 54, p. 201-218, 2009.

WILSON, Bryan. The secularization thesis: Criticisms and rebuttals. In: Rudy LAERMANS, Bryan WILSON e Jaak BILLIET. *Secularization and Social Integration. Papers in Honor of Karel Dobbelaere*. Leuven. Leuven University Press, 1998, p. 45-65.

Recebido em: 16/08/2022

Aprovado em: 16/08/2022